

Exmo. Senhor

**Presidente da 7.^a Comissão Parlamentar
de Agricultura e Mar,**

Deputado Pedro do Carmo

Assunto: Requerimento para audição de entidades e especialistas na área do trabalho agrícola

S. Bento, 25 de fevereiro de 2021,

Segundo dados recentes divulgados pelo INE, referentes ao recenseamento agrícola de 2019, “a grande maioria das explorações agrícolas é gerida por produtores singulares (95%), mas o número de sociedades agrícolas em atividade mais que duplicou nos últimos dez anos (+114%), passando de 6,7 mil em 2009 para 14,5 mil. As empresas agrícolas, embora representem 5% das explorações, têm uma importância crescente na estrutura produtiva, explorando 36% da SAU (+9 p.p. que em 2009), produzindo 56% dos efetivos pecuários, medidos em CN1 (+15 p.p. que em 2009) e utilizando 21% da mão de obra total agrícola, medida em UTA2 (+11 p.p. que em 2009). Empregam cerca de 56 mil trabalhadores, o que corresponde a 77% da mão de obra agrícola assalariada com ocupação regular.” Neste contexto, entre a mão de obra assalariada, é de destacar o crescido a importância dos trabalhadores imigrantes.

“A mão de obra agrícola familiar, constituída pelo produtor e o seu agregado doméstico, contribui com mais de 2/3 do trabalho agrícola. No entanto, a mão de obra agrícola assalariada, com carácter regular e sazonal, aumentou 30% nos últimos 10 anos, passando a representar 29% do total.”

A análise à estrutura e dimensão física e humana das explorações agrícolas atuais, assim como ao seu percurso, são demonstrativas da reduzida profissionalização do sector

agrícola. Uma parte considerável das explorações agrícolas não reúne condições para tal, dada a sua natureza, nem os seus dirigentes têm interesse em que a mesma venha a ser criadora de emprego além do agregado familiar. No entanto, a agricultura familiar representa uma atividade essencial para a promoção da soberania alimentar, mas também para a resiliência e coesão territorial.

Dado o desenvolvimento tecnológico e científico em curso, não é previsível que o número de UTA venha a aumentar a nível nacional e europeu. Contudo, tem sido notório o crescimento do trabalho assalariado e a necessidade da sua especialização para responder a uma agricultura cujo futuro exige que seja capaz de incorporar novas tecnologias, mas também de compreender e intervir em processos ecológicos essenciais para a produção, para a segurança alimentar e para a preservação ambiental.

Por um lado, o trabalho agrícola tende a ser menos familiar e mais assalariado e essa mudança tem de ser acompanhada pela garantia de direitos no trabalho e cumprimento da legislação laboral, por outro, o trabalho familiar não pode ser desconsiderado e a política pública deve promover também a sua valorização e especialização.

No momento em que se prepara a transposição da Política Agrícola Comum para o período até 2027, é essencial contemplar o fator trabalho (criação de emprego, valorização do trabalho familiar, qualificação e progressão profissional) na ponderação e definição das atribuições de apoios públicos. O Bloco de Esquerda considera que esta medida é essencial para que a PAC seja promotora do desenvolvimento rural, da coesão territorial, mas também para a resposta às crises económica e climática que se estão a instalar.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição da Senhora Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, e das seguintes entidades e especialistas:

- *Autoridade para as Condições do Trabalho*
- *Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – CGTP-IN*
- *Solidariedade Imigrante - Associação para a defesa dos direitos dos imigrantes*
- *Fernando Oliveira Baptista*
- *Francisco Cordovil*

- *Maria João Canadas*

Os deputados,

Ricardo Vicente

Fabíola Cardoso

Maria Manuel Rola